

---

# UMA AGRICULTURA ALTERNATIVA OU UM CAPITALISMO VERDE?\*

José Graziano da Silva\*\*

*As discussões acerca da agricultura alternativa devem considerar como ponto de partida a idéia de que a destruição dos recursos naturais, a geração de milhares de bóias-frias e o uso de ingredientes nocivos à saúde da população para “saciar a ganância” por maiores lucros são apenas ilustrações da contribuição mais geral do sistema capitalista, onde a produção constitui um ato social por excelência, enquanto a apropriação dos meios de produção e dos resultados dessa produção social são privados. Assim, não se pode fazer a crítica isolada das tecnologias, mesmo porque elas são métodos e processos de organização da produção adequados ao sistema capitalista no qual se inserem.*

\* Este texto baseia-se em palestra realizada no 3º Encontro de Agricultura Alternativa, realizado em Cuiabá (MT), em abril de 1987.

\*\* Engenheiro Agrônomo, Professor Titular e Coordenador do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

---

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

A discussão do que se denomina Agricultura Alternativa requer um método de análise que considere dois pontos básicos.

O primeiro diz respeito ao caráter individual ou social de uma determinada tecnologia e da sua adoção. Na verdade, essa questão é muito mais ampla: passa pela distinção moralidade/ciência e, até mesmo, pelas diferenças de abrangência e da “certeza” dos resultados das distintas ciências. Assim, por exemplo, enquanto nas Ciências Sociais é sempre o todo que permite a compreensão das partes, em vários ramos das Ciências Exatas e Biológicas, o estudo em suas partes - ainda que de forma isolada - permite sempre avançar no entendimento do conjunto.

Considero que a tecnologia adotada num determinado momento histórico concreto é a expressão das relações de produção aí existentes. Com isso, quero dizer que um cidadão pode tomar, individualmente, decisões morais, éticas, religiosas. Mas, nem mesmo as “suas decisões” do que consumir são de seu livre-arbítrio. Tampouco as opções tecnológicas disponíveis para um produtor qualquer no sistema capitalista são “questões individuais”, de sua livre decisão.

Diferentemente das invenções que são resultados das pesquisas científicas, as decisões de inovar/adotar no sistema capitalista são exigências do próprio processo de acumulação e, mais particularmente, das variáveis relacionadas à repartição da mais-valia social<sup>1</sup>. As tecnologias em si mesmas (que materializam essas inovações) são, portanto, socialmente determinadas; e sua utilização, obviamente, também o é.

Esse é o segundo ponto que desejo esclarecer: longe de entrar na discussão de quem vem primeiro - o ovo ou a galinha - é preciso definir claramente a relação de causalidade embutida no método de análise que estamos utilizando:

*Se a tecnologia não é concebida como um momento do sistema de produção existente, se o*

<sup>1</sup> BENAKOUCHE, Rabah. A tecnologia enquanto forma de acumulação. *Economia & Desenvolvimento*, São Paulo, 2(1):11-48, fev.1982.

---

*seu desenvolvimento não for explicado pelo desenvolvimento das relações sociais de produção, ela termina por ser um princípio transcendente que se opõe ao homem, como a natureza, o clima, as matérias-primas, etc.*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A citação é de Luckás, que enfatiza não ser correto afirmar que uma determinada tecnologia tornou impossível determinada relação social. Dizer, por exemplo, que o uso de máquinas complexas impossibilitou o uso de trabalho escravo, inverte a relação causal (LUCKÁS, Gyorgy. *Tecnologia e relaciones sociales. Cuadernos de Pasado y Presente*, México, 31:331-41, 1981). O que torna possível a escravidão não é o baixo nível tecnológico, senão que a escravidão enquanto forma determinada de dominação, impede que a racionalização do processo de trabalho - e, portanto, o uso de uma técnica racional - sejam possíveis. (LUCKÁS, G. *Op.cit.*, p.337).

Por certo, a tecnologia muda no curso do desenvolvimento social. Ninguém discorda que, em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, estas determinam o avanço de uma dada tecnologia, a qual, por sua vez, influi retroativamente nas forças produtivas. Mas a tecnologia é apenas uma expressão num momento determinado das forças produtivas, as quais são produto (resultado) de fenômenos sociais em si mesmos.

Essas formulações derivam, na verdade, da famosa passagem de Marx, que escreveu no prefácio de *Para a crítica da economia política*, de 1859, que “o resultado a que cheguei (dos meus estudos) pode ser formulado em poucas palavras”:

- a) *Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura de produção da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de concorrência (...).*
- b) *Em certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade (o que nada mais é do que a sua expressão jurídica) dentro das quais elas até então se tinham movido. De formas de de-*

---

*envolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em suas travas (grilhões). Sobrevém então uma época de revolução social.*

- c) *Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre transformação material das condições econômicas e (...) as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas, pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim.*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores, v.35, Prefácio). p.135-6.

Na impossibilidade de explicar didaticamente os conceitos de forças produtivas, relações de produção etc., recomendo a leitura de *O que é a história da sociedade humana*. São Paulo: Global, 1981, do Centro de Estudos Angolanos do MPLA (ver, em especial, p.9-15).

<sup>4</sup> É importante salientar que a subordinação formal já implica produção de mais-valia (só que mais-valia absoluta); é, portanto, um processo capitalista de produção organizado com base na divisão social de trabalho (manufatura) em que há comando de trabalho alheio por parte do capitalista. (MARX, Karl. *Capital y tecnología*: manuscritos inéditos - (1861 - 1863). México: Terra Nova, 1980.

E, imediatamente, Marx alerta que uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas as forças produtivas adormecidas em seu interior; e que novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o seu lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. Daí deriva o seu conceito de subsunção formal do trabalho ao capital, no qual a produção se efetua ainda como antes, ou seja, com a mesma base material da subordinação indireta, definida por oposição à subordinação direta (formal ou real).<sup>4</sup>

O desenvolvimento das forças produtivas que resultam no “sistema de máquinas” (fase da grande indústria) é o que Marx chamou de subordinação real do trabalho ao capital. Mais que uma mera transformação na base técnica, ao sistema de máquinas corresponde uma profunda transformação nas relações de produção. O trabalhador deixa de ter o papel de agente ativo que tinha o artesão parcial da manufatura, o qual controlava, não mais o processo de produção, mas sim, o seu processo de trabalho. Com o sistema de máquinas, o operário passa de agente ativo a passivo: funciona como um mero apêndice da máquina, que se transforma ela mesma na “virtuosa”, na expressão de Marx. É o limite de desqualificação do trabalho: é a “espe-

<sup>5</sup> MARX, Karl. Op.cit., 1980, p.138.

*cialização da passividade”, ou seja, “a eliminação da especialização enquanto forma de qualificação, o que caracteriza o trabalho no sistema de máquinas”.*<sup>5</sup>

<sup>6</sup> LUCKÁS, G. Op.cit., p.337.

Resumindo, podemos dizer, em primeiro lugar, que a tecnologia é uma variável resultado: ela é a consumação do capitalismo moderno, não a sua causa inicial. Ela somente pode aparecer depois de estabelecidos os seus pré-requisitos sociais, ou seja, *“quando as contradições dialéticas das formas primitivas de manufaturas já estavam resolvidas”.*<sup>6</sup>

<sup>7</sup> É somente dentro desta dialética que se pode compreender o elogio de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848 ao capitalismo, que eles consideravam o modo de produção com o qual se encerrava a pré-história da humanidade: ele havia permitido desenvolver, durante o seu curto domínio, *“forças produtivas adormecidas no seio do trabalho social que nenhum século anterior poderia sequer prever”.* (MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar,s.d. p.38.)

Em segundo lugar, são as mudanças nas relações sociais de produção que possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas. É óbvio que há uma retroalimentação nesse processo, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas também impulsiona as transformações nas relações de produção.<sup>7</sup> Em particular, a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa no século XVIII e o aparecimento dos primeiros Estados socialistas já no século XX, ou, em outras palavras, a história recente da humanidade, confirma a seqüência de que primeiro mudam as relações sociais de produção mantendo-se, inclusive, a base técnica da formação social anterior.

Em terceiro lugar, o que impulsiona essas transformações é o conflito das relações que os homens estabelecem entre si com as bases materiais sobre as quais essas relações estão se desenvolvendo. Mais especificamente,

*a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é a que existe entre as condições reais de apropriação da natureza (todas as relações sociais, fatores culturais e físicos, que intervêm no processo de produção) e as condições de expropriação (as relações que determinam a propriedade e a distribuição do produto).*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> BREWESTER, Ben. Introducción al trabajo de Luckás sobre el “Manual” de Bujarin. *Cuadernos de Pasado y Presente*, México, 31:327-30, 1981. p.328-9.

Permito-me entrar abruptamente no tema, porque é exatamente aqui que localizo a razão e a importância desses “movimentos ecológicos”. A contradição fundamental que vivemos hoje reside no sistema capitalista que desenvolveu as forças produtivas a um grau tal em que a produ-

---

ção é um ato social por excelência e, no entanto, a apropriação dos meios de produção e dos resultados dessa produção social são ainda privados. Ou seja, as relações sociais que determinam a propriedade privada dos meios de produção e a distribuição do produto entre capital e trabalho (ou se preferirem, entre renda da terra, lucro e salários) estão em crescente conflito entre as forças produtivas que se desenvolveram no próprio sistema capitalista. A destruição dos recursos naturais, a produção de milhares de bóias-frias, o uso de ingredientes nocivos à saúde da população etc., para saciar a ganância de alguns poucos são apenas ilustrações dessa contradição mais geral que acabamos de apresentar.

Em outras palavras, a importância desses “movimentos ecológicos” não está ao nível da “produção da produção” mas da “produção da consciência”. Não se trata apenas de gerar novas tecnologias ditas “alternativas”. Trata-se, isso sim, de gerar outras consciências, de gerar novas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas... Trata-se, enfim, de produzir, através do debate sobre uma possível “Agricultura Alternativa”, novas formas ideológicas “*pelos quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim...*”.<sup>9</sup>

Nesse particular, estou inteiramente de acordo com Carvalho, quando reconhece que os “*espaços criados pelos movimentos em favor de tecnologias apropriadas significam (...) um esforço progressista, mesmo que por vezes paliativo*”.<sup>10</sup> Creio que há um acordo quase geral de que o valor dos movimentos por uma “agricultura alternativa” está em criar uma nova consciência social sobre a produção no seu sentido mais amplo.

## ALTERNATIVA A QUÊ?

Infelizmente, é aqui que as águas começam a se dividir: há aqueles que condenam as relações de produção estabelecidas sob o sistema capitalista - inerentes a esse modo de produção - como a causa última da destruição da

<sup>9</sup> MARX, Karl. Op.cit., 1974, p.136.

<sup>10</sup> CARVALHO, H.M. *Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica*. Londrina: IAPAR, 1982. 36p. (Documentos, 4).

---

natureza e da própria vida; e há aqueles que, esquecendo-se convenientemente da correspondência entre relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, preocupados apenas com a degradação do meio ambiente, propõem ou um “capitalismo verde” ou uma “volta ao passado” para livrar-se das “tecnologias modernas”. Alguns grupos chegam até mesmo a condenar a própria humanidade pelo “rompimento do equilíbrio natural”.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> FERRY, Luc. *La ecología profunda*. Santiago do Chile: Ediciones Grasset, 1992.

Ora, como diz Fourastié:

*O homem, diferentemente dos outros animais, tem necessidades e aspirações não naturais (no sentido de que podem ser encontradas prontas na natureza). Se a humanidade desaparecesse da superfície da terra, o trigo desapareceria menos de um quarto de século depois; e o mesmo ocorreria com todas as plantas cultivadas, as árvores frutíferas e os animais destinados ao consumo. Todas essas criações do homem subsistem apenas porque as defendemos da Natureza.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> FOURASTIÉ, Jean. *Por que trabajamos?* 6.ed. Buenos Aires: Universitária, 1961.

Além disso, as relações que se estabelecem entre os homens e a natureza são resultantes das relações que os homens estabelecem entre si. E, como já dissemos anteriormente, hoje já não é mais aceitável subordinar a produção social apenas a interesses particulares, ou melhor dizendo, a interesses de capitalistas particulares.

Os defensores de um “capitalismo verde” estão, na verdade, imbuídos da mesma idéia de “organizar a anarquia” inerente à produção capitalista (determinada pela busca desenfreada do lucro por capitais particulares através da concorrência) dos monopólios e oligopólios modernos. Trata-se simplesmente de implementar um “uso racional” do ponto de vista global do modo capitalista de produção e não apenas dos capitais particulares - para evitar que ele mesmo se destrua. O controle dessa “racionalidade global do sistema” seria exercido pelo Estado capitalista, em nome do bem comum que se tornaria, assim, um “guardião da natureza”, erguendo-se acima das classes sociais. Nesse

13

A propósito, a Rhodia S.A., subsidiária do Grupo Rhône-Poulenc, anunciava, em 1987, o desenvolvimento de um novo processo de controle biológico de pragas, em sua Estação Agrícola Experimental de Paulínea (SP). O processo pesquisado pela empresa desde 1985, associava dois produtos: o inseticida Zalone, de sua fabricação, e o baculovírus da lagarta da soja, desenvolvido pela EMBRAPA e cedido à Rhodia para realização dos testes. Os ensaios realizados em laboratório revelavam que a combinação dos dois produtos permitia uma eficiência maior no combate das lagartas, nas suas fases jovem e adulta, com menor uso de elementos químicos. A Rhodia acreditava que em dois anos o novo produto estaria em condições de ser comercializado. O maior problema a ser resolvido estava ligado ao fornecimento de lagartas para cultivar o baculovírus, para o que estudava a possibilidade de desenvolvimento na própria empresa (*Gazeta Mercantil*, 23/04/87, p.24).

14

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Posfácio à 9ª edição) p.107-111.

15

É muito importante a reportagem da *Gazeta Mercantil*, de 20/03/87, jornal do setor empresarial, a respeito da RIOCELL, indústria de celulose que foi fechada em 1972 por poluir o rio Guaíba e causar mal-estar aos moradores de Porto Alegre (RS). Ela investiu, desde 1974, US\$ 41 milhões somente em controle antipoluição, o que lhe permite hoje transformar os resíduos sólidos em adubos orgânico e mineral, subproduto passível de comercialização. Segundo um de seus diretores que foi entrevistado à época, "a preocupação da empresa é que ela produza evitando qualquer dano à natureza". A obsessão em torno deste princípio, prossegue a reportagem, estimulou outro projeto da RIOCELL: a criação de um parque ecológico de 5 hectares, desenvolvido pelo ecologista gaúcho José Lutzemberger. Com uma flora composta por figueiras típicas da região, aguapés, pés de salseiro e plantas nativas e exóticas o

"capitalismo verde", preservar-se-iam, portanto, não apenas os recursos não-renováveis, mas também as relações de produção existentes.<sup>13</sup> Como já tive oportunidade de dizer em outra ocasião<sup>14</sup>, podemos evoluir para um "capitalismo domesticado" onde os "malvados" poluam e os "bonzinhos" despoluam, sem que isso ameace o sistema, sem que se altere na sua essência a exploração da classe trabalhadora: uns continuariam poluindo, enquanto outros venderiam os equipamentos e as drogas necessárias para reestabelecer o "equilíbrio da natureza".<sup>15</sup>

Não entendo a tecnologia apenas como um conjunto de coisas materiais, mas também de métodos e processos de organização da produção. E se estamos num sistema capitalista, os métodos e processos adequados para a organização da produção são os métodos e processos capitalistas de organização de produção. Um tear - e isso vale para qualquer outra máquina desenvolvida nesse último século - não pressupõe apenas a existência das matérias-primas que o alimentam, mas também o operário que o maneja. Desta forma, a tecnologia apropriada ao capitalismo é a tecnologia "específica" desenvolvida por esse modo de produção: daí insistirmos no conceito de que a tecnologia corresponde sempre a um determinado momento das forças produtivas.

Dentro desta concepção não há como pensar em políticas tecnológicas em abstrato.<sup>16</sup> A alternativa a quê? Às relações sociais? Ao modo de produção? Só se invertermos a causalidade e trilharmos o caminho mecanicista de supor que as relações sociais são o resultado imediato do desenvolvimento das forças produtivas. E considerarmos que a tecnologia é, em última instância, o determinante básico do desenvolvimento das forças produtivas ou simplesmente, parte delas (como faz, por exemplo, Bujarin<sup>17</sup>).

É óbvio que "não se pode construir um arranha-céu de taipa", portanto, ao desenvolvimento das forças produtivas correspondem formas de organização da produção e da sociedade. Mas a sociedade, ou seja, as relações que os homens estabelecem entre si, não são determinadas senão pelos próprios homens e pelas formas de dominação que es-

projeto começava a dar os primeiros sinais de vida animal. O local, segundo o diretor entrevistado, "servirá de descanso para os cerca de 3 mil funcionários da fábrica". Com 64 hortos florestais num total de 42.000 hectares, a RIOCELL produzia mil toneladas por dia de celulose branqueada e havia faturado 1.7 bilhões de cruzados (moeda vigente no país à época), em 1986, contra 650 milhões no ano anterior. Dados mais recentes, divulgados em boletim da própria empresa, no ano de 1992, dão conta da existência de 160 hortos florestais, que ocupam uma área de 72.000 hectares, distribuídos num raio médio de 80 km em relação a sede.

16 Quero dizer, com isso, que não se pode conceber políticas tecnológicas em si mesmas, ou seja, independentemente da estrutura produtiva que lhes corresponde. Isso significa que, por exemplo, quando se formulam as políticas agrícolas e industriais de um país, na verdade se está implicitamente definindo as opções tecnológicas a serem adotadas.

17 BUJARIN, Nicolai. Teoria del materialismo histórico. *Cuadernos de Pasado y Presente*. México, 31:311-323, 1981.

18 CARVALHO, H.M. Op.cit.

19 Um bom exemplo é o caso dos pequenos produtores de fumo do Rio Grande do Sul, ligados por contratos às grandes empresas multinacionais do setor. Estas apropriaram-se do "saber camponês" dos produtores de fumo, através da contratação de técnicos filhos de pequenos produtores, gerando assim uma tecnologia adequada àquela relação de dominação que as empresas multinacionais tinham interesse em estabelecer. Exemplos semelhantes podem ser encontrados na sistematização realizada por GRAZIANO DA SILVA et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 3(4):21-56, out. 1983.

sas mesmas relações estabelecem ao nível da superestrutura (como a ideologia, a religião, os partidos políticos etc.).

Também não responde à questão considerar que a tecnologia pode ser "apropriada" por uma classe social não hegemônica (ou fração dela) como propõe Carvalho.<sup>18</sup> A relação de dominação entre as classes é determinada no âmbito das relações sociais e não das forças produtivas e se materializa pela apropriação do excedente, o qual é uma função das relações de propriedade (ou não) dos meios de produção.

Em outras palavras, uma determinada divisão técnica do trabalho pressupõe sempre uma determinada divisão social do trabalho que a antecede e compõe o seu "pano de fundo". Desta maneira, uma determinada técnica X ou Y, apropriada (ou não) por uma determinada classe social (hegemônica ou não) não garante, em absoluto, que o excedente retido por seus membros seja maior ou menor. Ela pode, isto sim, fazer com que o excedente gerado seja maior, por adequar o processo produtivo àquela classe (ou fração) não hegemônica. Mas, como a distribuição desse excedente no sistema capitalista envolve necessariamente relações de troca entre os agentes econômicos, o que geralmente ocorre, é um aumento do grau de exploração, à medida que aumenta o excedente gerado.<sup>19</sup> Seria preciso, pois, que as tecnologias adequadas às classes sociais não hegemônicas realizassem o produto em mercados não-capitalistas, o que evidentemente supõe sistemas de organização econômica e um Estado não-capitalista.

O caminho da tecnificação coloca os pequenos produtores dentro da concorrência intercapitalista, tanto no mercado de produtos, como no de insumos. É a sua capacidade de sobrevivência passa a ser determinada pela competição intercapitalista nesses mercados. É uma "corrida" cujo ritmo é dado pela acumulação e, por mais que corram, são poucos os que conseguem, ao menos, manter-se no mesmo lugar, ou seja, sobreviver enquanto pequenos produtores. A maioria, em situação já desfavorável desde a partida, vai ficando relativamente para trás, até que se vê obrigada a abandonar a corrida, confirmando, assim, o caráter excludente da modernização capitalista no campo.

---

Muitas vezes as tecnologias alternativas são propostas como uma possibilidade de retirar (ou afastar) o pequeno produtor dos mercados capitalistas (de insumos e/ou de produtos). São várias nuances: produção sem insumos, produção de subsistência, auto-suficiência da unidade produtiva etc. Todas visam reduzir os fluxos financeiros da unidade campesina com vistas a reduzir o excedente expropriado ao nível de mercado. Em outras palavras, o uso de tecnologias alternativas - especialmente aquelas sistematizadas a partir da “recuperação do saber camponês” - vem sendo defendido como “estratégia de resistência” à dominação capitalista por parte desses pequenos produtores.

O erro fundamental dessa abordagem é não considerar que a produção e a reprodução da família dos pequenos produtores constituem uma unidade indivisível. A inserção do camponês nos mercados capitalistas não se faz apenas pela necessidade de aumentar as suas compras, mas também de aumentar as suas vendas. Como o pequeno produtor é, em geral, um produtor pobre que não consegue satisfazer as necessidades materiais de produzir (a um determinado nível social dado) para a família, a sua proletarianização ou descampesinação pode ser entendida como a impossibilidade de reprodução desse conjunto - a unidade de produção familiar. Não se trata, assim, de reproduzir apenas a unidade de produção, mas de reproduzir a sua própria família. É por isso que a inserção clássica da família campesina nos mercados capitalistas não se faz apenas pelo mercado de insumos ou de produtos, mas também pelo mercado de trabalho. São os filhos e filhas, quando não os próprios pais e mães, que buscam trabalho assalariado fora da unidade produtiva como forma de completar a renda familiar e garantir assim, a sua própria reprodução (e, talvez, alguma ascensão social, via educação formal e informal).

Algumas das experiências desenvolvidas em outros países para a utilização da agricultura alternativa como uma “estratégia de resistência” estão vinculadas basicamente a impossibilidade de uma ação política concreta por parte dos camponeses. São, portanto, “desvios conjunturais” que, todavia, têm produzido resultados desastrosos para os envolvidos.

---

a) No caso chileno, setores ligados à Igreja Católica que permaneceram ativos depois do golpe de 73, tentaram evitar que os camponeses entrassem no “crédito oficial” para compra de insumos e máquinas, propiciando linhas alternativas de crédito e assistência técnica. O resultado foi um grande aumento do assalariamento temporário e da “lumpencampenização”, ou seja, a perda do papel produtivo dos pequenos produtores familiares.

b) Na Espanha pós-Franco, os sindicatos agrícolas de orientação anarquista da Andaluzia, minoritários no âmbito nacional frente às centrais sindicais dominadas pelo PC e pelo PSOE, promoveram, regionalmente, um combate à mecanização e à introdução de culturas modernas que reduziam a demanda por mão-de-obra. O objetivo político real era combater o salário desemprego oficial que tornava os trabalhadores rurais da região “aposentados precoces”. As “tomas de terra”, todavia, não lograram transformá-las em unidades produtivas e cresceu substancialmente a migração sazonal para a França e Itália.

No caso brasileiro e latino-americano, o exemplo mais citado é o dos PDRI (Programas de Desenvolvimento Rural Integrado): custam muito dinheiro e beneficiam sempre grupos muito restritos frente à magnitude da massa camponesa dos países subdesenvolvidos, são “eternamente dependentes” do Estado e, geralmente, “refluem” quando cessa a intervenção deste. Além do mais, a “tecnologia alternativa” produzida nessas condições particulares quase nunca é possível de ser transferida a outras situações.

Em resumo, “a estratégia de resistência” das tecnologias alternativas pode ter algum sucesso em termos individuais e em curto prazo. Em termos coletivos (para uma região ou mesmo para uma classe social) e/ou em longo prazo é um “furo n’água” que leva não apenas à descampesinização (como no caso da inserção dos camponeses nos mercados capitalistas) mas à “lumpencampenização” de sua família através de sua inserção apenas parcial no mercado de trabalho.

---

## AS ALTERNATIVAS REAIS

Não seria uma simplificação grosseira dizer que existem, na verdade, duas alternativas: a) adequar a tecnologia; ou b) adequar o camponês.

A primeira, como argumentei, só é válida quando localizada e no curto prazo. E, o que é fundamental: mesmo para grupos beneficiados, a geração de “tecnologias apropriadas” não garante a retenção de parcela maior do excedente produzido.

Em resumo, como as novas tecnologias não garantem a apropriação de parcela maior do excedente, dado que a produção tem que ser realizada nos mercados capitalistas, a única opção real que se apresenta é a da “adequação dos camponeses”. Basicamente, isso significa romper as restrições que ele possui em termos de disponibilidade dos meios de produção, especialmente, terra, recursos financeiros e assistência técnica.

O reconhecimento dessa “alternativa” implica também:

a) retomar a luta política como luta central, deixando a “questão tecnológica” ao âmbito restrito das forças produtivas que é o seu lugar;

b) participar no Estado como reivindicante de uma atuação deste não apenas como “árbitro”, mas como participante direto na economia rural, especialmente, no crédito e na comercialização;

c) organizar e fortalecer suas próprias representações, pois apenas os camponeses podem conseguir o que é melhor para eles.

É certo que não podemos conceber os Estados capitalistas modernos como mero “locus” de ação política da burguesia. Há também aí um espaço para as contradições gerais, tanto pelos embates entre as várias frações do capital, como entre as classes sociais ou entre capitalistas, proletários e camponeses.

Mas é perfeitamente viável - volto a insistir - que se crie um “Estado Verde”, igualmente capitalista, que pre-

---

serve as relações sociais hoje vigentes, sem degradar a natureza. E, como já disse, pode-se até mesmo conceber um “modelo de acumulação perpétua” em que uns “capitalistas malvados” poluem e outros “capitalistas bonzinhos” fabricam equipamentos antipoluentes, socializando seus custos via impostos indiretos. E os nossos “deputados verdes” aprovariam leis que obrigariam o uso desses equipamentos e proibiriam o uso de determinados agrotóxicos nocivos à saúde (ou suspeitos), os quais seriam relacionados por associações de defesa do meio ambiente, devidamente comprovados por laudos técnicos assinados por engenheiros agrônomos credenciados.

Esse “admirável mundo verde alternativo” seria por acaso mais justo? Haveria bóias-frias? Faríamos a Reforma Agrária? Desapropriar-se-iam apenas latifúndios improdutivos ou todas as propriedades que não seguissem as “regras verdes”, mesmo que fossem produtivas? E o que faríamos com aqueles que insistissem em continuar poluindo? Suas fábricas seriam apenas fechadas, expropriadas ou entregues aos seus operários? Ou a outros capitalistas bonzinhos?

É fundamental termos clareza nestas respostas antes de embarcarmos numa “aventura alternativa”: precisamos definir até onde vamos ser alternativa e a quem vamos ser alternativa. Estas são questões básicas a serem respondidas previamente, antes de decidirmos se vai ser assim ou assado (ou a forma concreta de implementar soluções). Quero dizer com isso que, antes de escolhermos a tecnologia que vamos utilizar, precisamos decidir que sociedade queremos construir.

Não posso deixar de recordar a estória do bêbado que procurava a chave da sua casa, perdida na escuridão da noite, sob um poste de luz. Não é porque as respostas para a dimensão estritamente técnica da produção estejam mais claras que poderemos encontrar aí a “solução” dos males causados pelo desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura.

Volto a insistir: essa “solução” não é tecnológica, mas política. Ademais, a agricultura não mais se insere no capi-

---

talismo como um setor relativamente independente. Por um lado, o seu padrão tecnológico é fortemente determinado pelo dinamismo concorrencial das empresas oligopolistas dos setores químico, mecânico etc. Por outro lado, a ligação com o Estado capitalista permanece forte enquanto alguns produtos (e mercados) agrícolas são vitais para a reprodução da força de trabalho, estando pois subordinados às prioridades do abastecimento. Não há, também, conjunto alternativo de tecnologias para ser confrontado com as convencionais. Quando muito, as “tecnologias alternativas” têm servido aos casos particulares e às classes dominantes. E, ainda que se aceite a necessidade de ação normativa do Estado, não há como pensar o progresso técnico fora dos padrões concorrenciais determinados pelos mercados capitalistas.

A saída, a curto prazo, está no âmbito de políticas (por certo, paliativas) que sinalizem para práticas conservacionistas já disponíveis (e, todavia, quase nunca adotadas) e pela indução de novas trajetórias científicas que não impliquem novas degradações da natureza. Vale lembrar que esse caminho não é o da “volta ao passado”: ao contrário, implicará vultosos investimentos - certamente do Estado, no caso das tecnologias agropecuárias - que resultarão na criação de novos ambientes tecnológicos, talvez ainda mais sofisticados, e no desenvolvimento de certos segmentos industriais beneficiados pelas novas regras de competição nesse “capitalismo ecológico”. E, tampouco, é o “caminho de longo prazo”. Mas, infelizmente, parafraseando Keynes, no longo prazo, poderemos estar todos mortos!